

Anexo: A



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério da Economia e Finanças

PROPOSTA DE NOTA CONCEPTUAL

REVISÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (ENDE)

2015-2035

Maputo, Agosto 2021

Índice

Prefácio	3
I. O Sistema de Planificação em Moçambique	4
II. Breve diagnóstico da situação actual e análise FOFA	7
III. Tendências da Economia Mundial	27
IV. Proposta de Ideia Futura	28
4.1 Orientação Estratégica	28
4.1.1 Visão	28
4.1.2 Missão	28
4.1.3 Objectivo Geral	28
2.4 O Foco de Desenvolvimento	29
4.1.4 Pilares	29
4.1.4.1 Pilar I: Transformação Económica	30
4.1.4.2 Pilar II: Transformação Social	32
4.1.4.3 Pilar III: Governação	33
4.1.4.4 Pilar IV: Ambiente e Economia Circular	35
V. Proposta de Desafios para os Próximos 20 anos	36

Prefácio

1. Este documento é uma versão preliminar da da nota conceptual da revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2015-2035, o qual será socializado a vários níveis da sociedade para obtenção de consensos sobre o país que se pretende construir ao longodos próximos 20 anos.
2. O objectivo da nota conceptual é orientar, articular e direccionar os debates e as discussões sobre onde Moçambique quer estar em 2042 e os caminhos a percorrer. Para que tal desiderato seja alcançado, a ENDE será o instrumento influenciador dos demais instrumentos de planificação de curto, médio e longo prazo (Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais, Programa Quinquenal do Governo, Cenário Fiscal de Médio Prazo, Plano Económico e Social e Orçamento do Estado).
3. Esta versão da nota conceptual foi elaborada com base em relatórios, estudos e reflexões publicados pelo governo, parceiros e através de consulta aos orgaos do Estado para colher sensibilidades/posições sectoriais para propor os mecanismos de planificação de longo prazo ao nível do sector público. As contribuições do sector privado, da sociedade civil, dos parceiros, dos especialistas/personalidades de reconhecido merito, da academia, e dos demais intervenientes no processo de desenvolvimento, serão colectados por meio de consulta pública que iniciará após o lançamento oficial da revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035 no decurso do mês de Setembro, que contribuíram para refinar a nota conceptual.
4. A nova lei do SISTAFE, a lei 14/2020no seu artigo 13, apresenta a composição dos instrumentos de planificação de curto, médio e longo prazo do país, e identificanos artigos 14 a 19, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento como base de todo o processo de planificação, isto é, o instrumento que norteará a elaboração de todos os outros de planificação e orçamentação do país.

I. O Sistema de Planificação em Moçambique

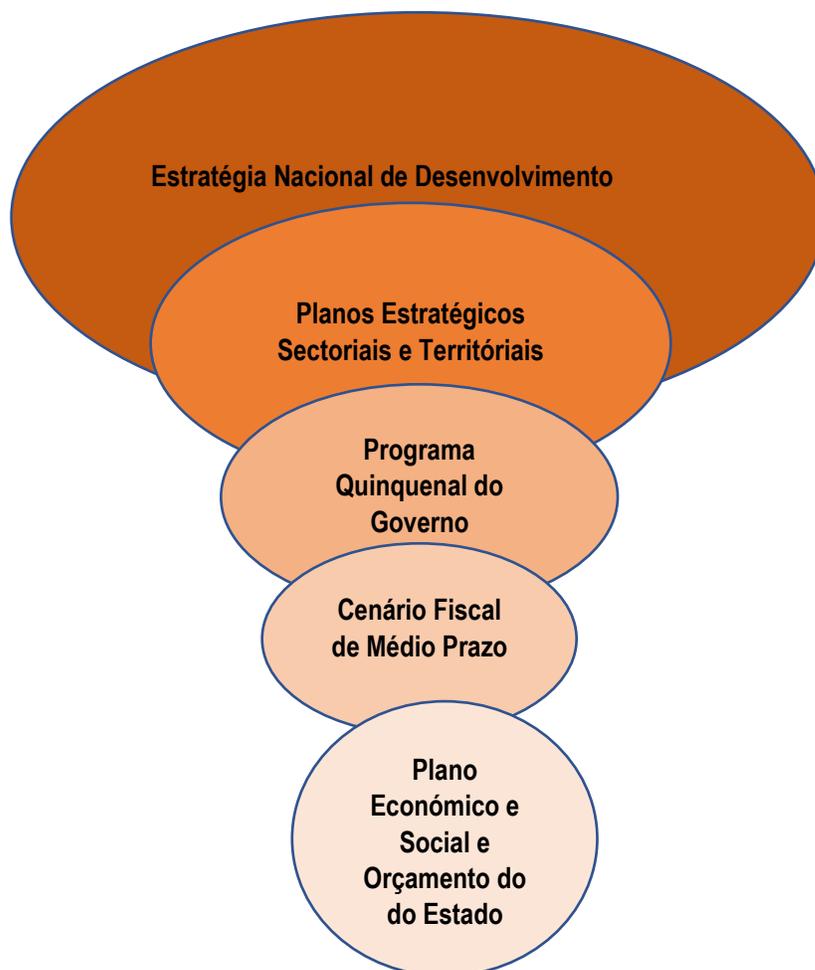
5. O Ministério da Economia e Finanças (MEF) tem no seu mandato [1] a responsabilidade de coordenar o processo de planificação e de gestão das finanças públicas, bem como orientar e coordenar a formulação de políticas e estratégias públicas orientadas para o crescimento da economia nacional e desenvolvimento inclusivo.
6. Neste âmbito, o MEF está em processo de actualização da proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), que vai orientar o processo de planificação no médio e longo prazos, por forma a responder os desafios actuais e futuros do País.
7. A ENDE é o instrumento orientador de todo o processo de planificação do desenvolvimento de Moçambique, que:
 - Define os objectivos e prioridades de desenvolvimento do País;
 - Articula a orientação estratégica;
 - Orienta elaboração de todos os instrumentos de médio e curto prazo; e
 - Quantifica e qualifica os indicadores e metas num horizonte temporal de 20 anos.
8. Este instrumento abrange todos os aspectos da actividade social, económica e ambiental e deve tomar em consideração as necessidades das gerações futuras.
9. A revisão da ENDE será efectuada de forma participativa e inclusiva, com base em diagnósticos, consultas públicas (documentos oficiais, estudos, inquéritos, e outros instrumentos de referência) e interação com os sectores a nível central, províncias, sector privado, sociedade civil, parceiros nacionais e internacionais, academia e outros actores de desenvolvimento.

10. Deste modo, a ENDE terá um horizonte de 20 anos (2022-2042), e deve apresentar de acordo com a lei 14/2020, a lei do Sistafe:

- i. O diagnóstico dos principais indicadores de desenvolvimento económico e social do País;
- ii. Os principais desafios que se espera responder nos próximos 20 anos;
- iii. O cenário macroeconómico dos próximos 20 anos;
- iv. Os desafios e as acções estratégicas harmonizadas com a visão futura do País;
- v. Os indicadores e metas para cada acção estratégica;
- vi. O alinhamento com os objectivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030);
- vii. O mecanismo de implementação/roteiro, contendo questões de monitoria e avaliação; e
- viii. Os riscos e possíveis medidas de mitigação;

11. A ENDE será implementada quinquenalmente através do Programa Quinquenal do Governo, operacionalizado por meio do quadro do sistema de planificação vigente (figura 1), através do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), dois instrumentos chave neste processo com vigência de três anos. É reportado anualmente, através do balanço do PESOE, e quinquenais através do balanço da ENDE.

Figura 1 – Articulação dos Instrumentos de Gestão Económica e Social do País



II. Breve diagnóstico da situação actual e análise FOFA

2.1 A nível económico

2.1.1 Política/Gestão Macroeconómica

12. Nas últimas duas décadas, Moçambique conheceu progressos significativos em termos de gestão económica, através de um processo de reformas, que resultaram na evolução do crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), entre 1992 a 2015, onde registou uma média de 7,2% (INE). As reformas implementadas ao longo dos anos tiveram impactos positivos com destaque na melhoria do ambiente macroeconómico nacional, que conduziu a atracção do investimento directo estrangeiro, permitiu a melhoria de infraestruturas económicas e sociais, a melhoria do desenvolvimento do capital humano e consequente redução da pobreza de 69,7% em 1996/97 para 46,1% em 2014/15. Desde então, passa por um período de desaceleração contínua da sua atividade económica iniciada em 2015.
13. Esta recessão económica deveu-se a factores internos e externos, dentre eles destacam-se, a crise da dívida, a desvalorização cambial, as expectativas quanto ao futuro, as quedas dos preços das matérias-primas no mercado internacional, adopção de políticas fiscais e monetárias restritivas, choques climáticos (ciclones, secas e cheias), a instabilidade no Centro e Norte do País e recentemente a pandemia da Covid-19 e seus efeitos sobre a economia nacional. Estes factores contribuíram para o fraco desempenho da economia nacional variado de 6,5% em 2015 para -1,23% em 2020, conforme a tabela abaixo.

Indicadores Macro - Fiscais	1998	2003	2009	2014	2015	2019	2020
Macro							
PIB nominal (milhoes de MT)	62,506.4	149,909.1	327,866.0	555,447.1	637,759.6	962,620.8	974,511.4
PIB real (milhoes de MT)	171,608.7	253,929.1	394,042.7	555,447.3	592,791.6	675,762.2	667,425.0
Taxa de crescimento real (%)	9.9	6.9	6.9	7.4	0.067232788	2.3	-1.2
Inflação media annual (%)	11,2*	11.5	3.8	2.6	3.6	2.8	3.1
Taxa de cambio media anual (MT/USD)	21*	23.8	27.8	31.5	40.5	62.6	69.5
RIL (meses de cobertura de importação, incl. GP)	5,4*	6.3	5.2	3.2	2.8	4.7	4.7
Exportações (milhoes de USD)	703,1*	1,503.9	2,758.9	3,916.4	3,413.3	4,668.9	3,588.5
Importações (milhoes de USD)	966,7*	1,648.1	4,466.3	7,951.7	7,576.6	6,752.6	5,882.7
IDE (milhoes de USD)	255,4*	336.7	898.3	4,901.8	3,803.4	2,211.7	2,337.3
Fiscais (% PIB)							
Receitas do Estado	11.41	9.73	14.51	28.15	24.44	28.75	24.14
Despesas do Estado	11.95	17.86	25.89	40.88	31.44	29.27	32.04
dq Salarios e remunerações	3.35	4.93	6.88	10.77	10.08	11.72	12.77
dq Encragos da Divida	0.74	0.90	0.42	0.93	1.20	3.09	2.81
Saldo corrente	0.59	-0.42	0.72	6.34	5.54	8.22	0.30
Saldo Global antes dos donativos	0.76	-7.46	-10.93	-11.78 -	4.60	-0.44	-7.91
Saldo Global apos donativos	5.03	-2.38	-3.07	-9.54 -	2.96	0.63	-3.97
Credito Liquidado ao Governo	-7.84	0.24	-0.92	4.84	2.35	-2.45	3.85
Saldo Primario	5.77	-1.47	-2.66	-8.60 -	1.77	3.72	-1.16

Fonte: MEF, INE e BM

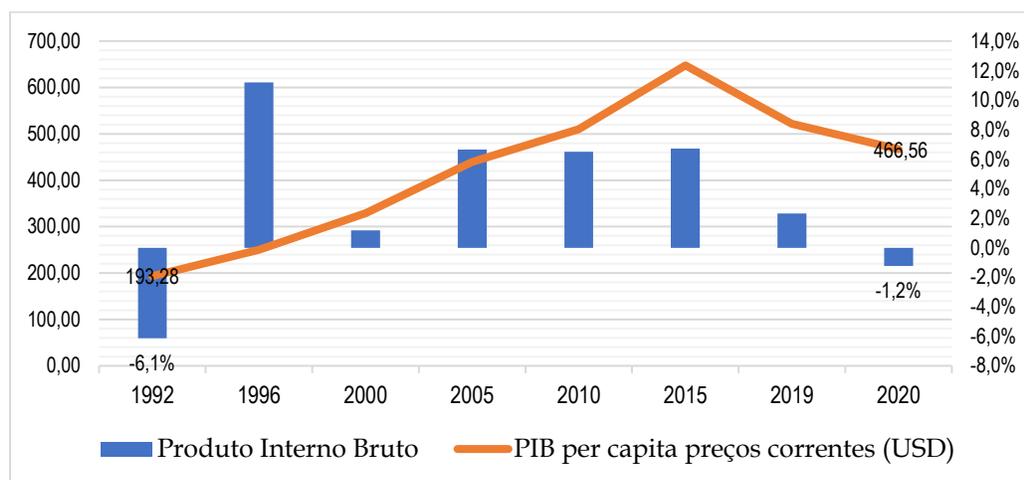
14. As políticas fiscais e monetárias foram sendo ajustadas em resposta a recessão económica e ao crescimento da inflação. A estrutura macroeconómica do País assenta na fundamentação da taxa de câmbio, metas de inflação e prudência fiscal. Em 2015 foi ajustada a política monetária por forma a fazer face ao aumento da inflação e o reforço da coordenação de políticas para a consecução dos objectivos macroeconómicos. Igualmente, em 2017, foi introduzida a taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO), no âmbito das reformas do sector monetário visando a modernização dos instrumentos de política monetária. A situação política fiscal permanece frágil e a dívida pública acima dos limites do PIB (os indicadores fiscais deteoriam-se quando houve o despoletar da crise da dívida, aliada a retirada dos parceiros de apoio geral ao orçamento e a desaceleração do crescimento decorrente da redução das receitas e o aumento das demandas sociais (desastres naturais tais como os ciclones Kenneth, Idai e outros eventos extremos da natureza) pressionaram a despesa pública.

15. A fragilidade económica prolonga-se e agudiza-se em função de choques adversos contínuos limitando a eficácia da coordenação das políticas fiscais e monetárias. Estes factores incluem a incerteza sobre o rumo da política económica em virtude da desaceleração de uma economia que vinha crescendo rapidamente.
16. As perspectivas de crescimento para economia moçambicana permanecem relativamente modestas, com expectativa de 1,5 para 2021.

2.1.2 Crescimento, estrutura económica e emprego

17. A expansão económica aumentou a renda e o padrão de vida dos moçambicanos. O PIB per capita cresceu em média de 6.4 % no período 1992 a 2014, subindo de 193 para 722 dolares americanos. No entanto, com a desaceleração da economia aliada aos choques climatéricos que afectaram significativamente o sector produtivo e a demanda interna, aliadas a pandemia da COVID-19 que tem estado a paralisar as actividades económicas, afectando a renda das famílias, o PIB per capita decresceu de 722 dólares norte americanos em 2014 para 467 dólares norte americanos em 2020. Conforme pode-se observar no comportamento das variáveis no gráfico nº 1 abaixo.

Gráfico nº 1: Evolução do Produto Interno Bruto e PIB Per capita (1992-2020)



Fonte: INE, Contas Nacionais

18. Em termos de estrutura, destacam-se algumas mudanças na composição da estrutura produtiva em termos de valor acrescentado (gráfico nº 2), com enfoque para a perda da participação do sector primário (agricultura, pesca e indústria extrativa) e a expansão dos sectores secundário (indústria), especialmente a indústria transformadora, de construção e eletricidade) e terciário (serviços), (comércio, reparação de veículos automóveis, e transportes e armazenagem).

Tabela nº2: Evolução da estrutura sectorial da economia e a proporção de emprego por sector

Proporção de sector no PIB	1992	1996	2003	2009	2014	2019	2020
Sector primário (agricultura)	33.8%	39.7%	32.8%	31.5%	26.8%	25.9%	27.2%
Sector secundário (indústria)	10.0%	9.4%	19.6%	20.1%	19.4%	21.6%	20.7%
Sector terciário (serviços)	56.5%	51.3%	47.6%	48.3%	53.8%	52.5%	52.1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Proporção de empregos por sector	1992	1996	2003	2009	2014	2019	2020
Sector primário (agricultura)	84.2%	86.6%	80.5%	80.4%	71.0%	70.3%	
Sector secundário (industria)	2.5%	4.4%	3.4%	4.7%	4.9%	8.5%	
Sector terciário (serviços)	13.3%	9.0%	16.1%	15.0%	24.0%	21.2%	
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.1%	99.9%	100.0%	

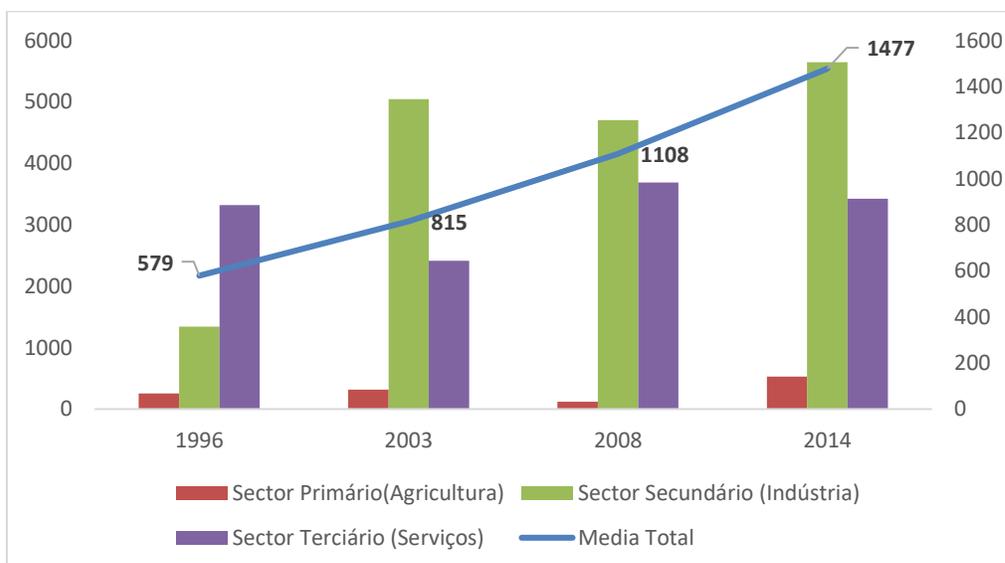
Fonte: INE, Contas Nacionais

19. O padrão de crescimento económico é reflexo das alterações na estrutura de produção e de emprego. Como acontece na maioria dos países em desenvolvimento, Moçambique apresenta um declínio na proporção da agricultura na estrutura de produção e na proporção da força de trabalho, entre 1992 a 2020, com uma queda de 33,8% para 27,2% (produção) e de 84,2% para 70,3% (força de trabalho), respectivamente. Este processo foi acompanhado por um aumento da proporção da indústria na produção (de 10,0 para 20,7%) e dos serviços (56.5% para 52.1%).

20. A proporção de empregos na indústria aumentou apenas de 2,5% para 8,5% e declinou ligeiramente ao longo da década. Contrariamente, verificou-se um aumento acentuado no emprego em serviços. Embora a proporção dos serviços na produção tenha mudado pouco (em torno de 50%), a sua proporção de empregos explodiu de 13,3% para 21,2%.

21. Entretanto, o declínio do emprego na agricultura foi quase inteiramente absorvido por aumentos na área de serviços. Pode inferir-se que o aumento de emprego no sector público ao longo deste período foi equilibradamente distribuído entre “bons” empregos remunerados no sector privado e “más” actividades não agrícolas de auto-emprego, em grande parte informais. Isto ajuda a explicar a razão da produtividade laboral no sector de serviços ter decaído modestamente, apesar do grande influxo de trabalho proveniente da agricultura, ou seja, muito embora cerca de metade da mão-de-obra libertada da agricultura tenha sido atraída por actividades informais de auto-emprego, cujo nível de produtividade não é, provavelmente, maior que o da agricultura, a outra metade encontrou emprego de maior produtividade e de mais qualidade.

Gráfico 4: Produtividade laboral média por sector (USD)



Fonte: Banco Mundial, Jobs Cross-Cutting Solutions Área data para Moçambique

22. Entre 1996 e 2014, o crescimento da produtividade laboral foi, em média, 5,4 por cento ao ano para a economia no seu todo. A produtividade laboral na agricultura cresceu mais lentamente, a 4,1 por cento, enquanto a da indústria foi significativamente maior, com uma média de 8,3 por cento. Estas taxas de crescimento díspares resultaram em grandes fossos de produtividade (Figura 1.4). O nível de produtividade da agricultura em 2014 era apenas cerca de um terço da média da economia, enquanto o da indústria era quase quatro vezes superior dessa média (com o sector mineiro 9 vezes mais produtivo). Além disso, há poucos sinais de convergência dos níveis de produtividade entre os sectores. Ainda que tenha vindo a aumentar continuamente ao longo do tempo, a produtividade na agricultura não deixou de baixar no nível de produtividade média, de 41% para 37%, ao invés de aumentar no sentido do nível da economia no seu todo. Entretanto, os níveis de produtividade na indústria e serviços parecem ter estabilizado.

23. Como Baldwin et al. 2017, assinalaram, quando existem grandes disparidades de produtividade entre sectores, como acontece em Moçambique, há grandes oportunidades para mudanças laborais estruturais (isto é, transferências entre sectores), de modo a aumentar a produtividade global. Dado que isto é particularmente comum nos países de baixo rendimento (LIC¹), uma previsão óbvia é que os países de baixo rendimento concentrar-se-ão no aumento da produtividade e melhoria do emprego principalmente através da transferência de recursos de um sector para outro, num afastamento da agricultura. Em contraste, com níveis mais elevados de rendimento haverá, normalmente, menos diferenças de produtividade para serem exploradas através de transferências entre sectores, e os aumentos da produtividade global serão associados a melhorias de afectação dentro dos sectores. 24. Não obstante, em Moçambique, as contribuições entre sectores para o crescimento da

¹ Sigla em inglês que significa - Low Income Countries

produtividade e as contribuições intra-sector foram iguais ao longo das últimas duas décadas. O que mais se destaca é que a indústria, que é o sector mais produtivo, teve uma contribuição mínima para o crescimento da produtividade em ambos os domínios. Tal sugere que o paradigma padrão não está a ter o comportamento esperado e que pode também ser importante que haja uma concentração nas lacunas estruturais que possam existir nos sectores principais. O fosso de produtividade pode ser extremamente grande entre as actividades tradicionais, empresas familiares (EF) na agricultura ou fora dela e as actividades modernas, bem capitalizadas que operam num sistema de escala e com boas ligações aos mercados.

2.2 Nível Social

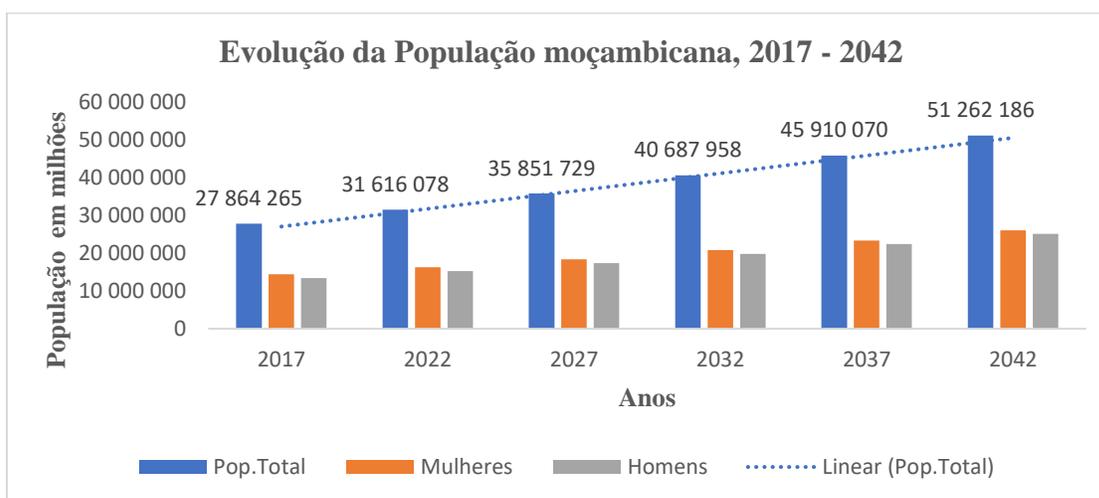
2.2.1 População

24. Moçambique possui uma superfície de 799380km², e apresenta uma densidade populacional de 36,1 habitantes por km². Segundo o censo populacional de 2017, a população moçambicana era estimada em 27.9 milhões de habitantes, dos quais 48% são homens e 52% são mulheres. A população cresceu a uma taxa de 2,8% por ano, ou seja, registou-se um aumento de mais de 8 milhões de habitantes durante o período de 2007 a 2017, contrariamente ao incremento de 4 milhões de habitantes verificado entre 1997 e 2007.

25. Esta tendência de rápido crescimento da população irá manter-se segundo mostra o gráfico de evolução da população moçambicana no período 2017 – 2042 como resultado da elevada taxa de fecundidade de 5.2 filhos por mulher (Censo, 2017), redução gradual da mortalidade materna, infantil e geral devido a melhorias nas condições gerais de saúde. Os jovens de 15 a 35 anos vêm crescendo a um ritmo ainda mais rápido (3,6%).

26. Projeções de população do INE indicam que até 2042, último ano de implementação da ENDE, o país terá cerca de 51 milhões de habitantes, o que pressupõe que as intervenções de desenvolvimento preconizadas na ENDE devem assegurar que o País se prepare para satisfazer as necessidades de uma população em crescimento.

Gráfico 5: Evolução da População: 2017-2042



Fonte: INE, Projeções de População, 2017 – 2050

27. Uma elevada população jovem pode servir para impulsionar o crescimento económico e o desenvolvimento, se traduzir-se numa elevada força de trabalho capaz de aumentar a produtividade. A População na idade dos 15 a 64 anos representa 51% da população total do País e desta apenas 58% é População Economicamente Activa (PEA).

28. O País poderá beneficiar de um crescimento económico sustentável e alcançar os objetivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2022-2042 e aproveitar o Dividendo Demográfico, se investir na população jovem, através de desenvolvimento de educação e criação de habilidades,

promoção de saúde e bem-estar, assim como uma economia que gera trabalho e oportunidades de emprego.

2.2.2 Indicadores Sociais

Tabela nº 2: Indicadores Sociais

INDICADOR	ANOS									
	1992	2000	2001	2007	2008	2014	2017	2019	2020	
Pobreza	Desigualdade (GINI)					0.42	0.47			
	Incidencia da Pobreza medida (Po) a nivel Nacional					51.7	46.1			
	Indice da Pobreza Multidimensional %					0.59	0.45			
Saude	Expectativa de vida (anos)	46.03	48.95	49.3	50.93	51.29	56.06	59.31	60.85	
	Indice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0.23	0.31	0.32	0.38	0.39	0.43	0.45	0.46	
	Prevalencia de subnutricao			36.6	30	28.8	26.7	32.9		
	Total de despesas em saúde (% do PIB)		2.62	3.54	4.57	4.71	6.58	8.14		
Seguranca/ Estatisticas criminais	Txa de HOMICIDIOS cada 1000 habitantes			6.04	3.32	4.47				
	Taxa de Crimes contra Ordem e Tranquilidade Publica %						1.7	3	3	5.2
	Nivel de terrorismo						4.01	4.88	5.54	6.4
Educacao	% Taxa de Alfabetizao 15-24									
	Taxa de conclusao ensino primario ambos sexos	25.02	16.27	18.96	43.53	55.62	47.56			
	Proporcao bruta de matriculas do ensino secundario	6.72	6.04	6.82	17.78	19.81	32.09			
Agua e saneamento	Captacao de agua para agricultura %	86.2			73.32			73.05		
	Saneamento da Populacao Total %	53.66	53.88	55.51	64.02	64.74	68.64			
	Agua Canalizada %		18.54	19.17	25.1	26.24	33.34	36.98	39.44	40.68
ENERGIA	Billhao kw/h producao	0.408	9.604	11.778	15.955	15.024	17.581	16.734		
	INTENSIDADE DA ENERGIA	50.13	29.6	27.62	20.82	19.86	16.58			
	GW/H producao				222.7	138.5	318.4	316.9	872.9	
	Acesso da energia populacao %		6.1	5.7	12.4	15.6	24.8	24.3	31.1	
	Billhao kw/h Exportacao		5.77	7.4	11.82	11.21	10.2	9.95		
Bens Duraveis	Radio				50.1			35		
	Bicicleta				35.7			29.1		
	Tv				10.1			21.8		
	Carro				2			4.2		
	Motorizada				1.6			8.1		
	Computador				1.1			5.3		
	Telefone Fixo				0.8			1.9		

Fonte: INE (IOF2014/5 ; Censo 2007 e 2017); Banco Mundial; Knoema;

29. Relativamente as tendências da pobreza e bem-estar da população, o índice de Gini mostra que a desigualdade no país medido em termos de rendimento, aumentou de 0.40 em 1996 para 0.47 em 2014. Contudo, podemos ver que apesar do aumento da desigualdade em termos do rendimento, o nível de pobreza reduziu no período em referência (de 0.77 em 1997 para 0.45 em 2014). Porém, esta redução foi mais acentuada nas

áreas urbanas e para o sul do País, permanecendo elevadas nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia (INE, 2014).

30. No que concerne a saúde, temos 4 indicadores, na qual podemos verificar que a esperança de vida à nascença tem tendência de melhorar desde o ano de 1992 com a esperança média de vida estimada em cerca de 46 anos de vida para uma média de 54.5 anos em 2019, podendo atingir os 63.5 anos em 2042 se as condições económicas e sociais melhorar. . Facto este, que esta associado a melhoria da posição de Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois o País manteve o 180.º lugar entre 189 países avaliados. Contudo, mantém-se entre os países classificados na categoria de "baixo desenvolvimento". (PNUD)

31. Na componente da Educação, como ilustra a tabela 3, apesar da exiguidade de dados para certos anos, é notário uma evolução positiva desse indicador com maior destaque o ensino primário que apresentava uma taxa de 25.5% em 1995 para 48% em 2015. Isso deveu-se a um maior investimento do Sistema Nacional de Educação (SNE) e também o que se encontra sob maior pressão devido às elevadas taxas de crescimento demográfico e à estrutura etária da população, em que mais de metade se encontra em idade escolar (Plano Estratégico da Educação 2020-2029).

32. Para a componente de água e saneamento, apesar dos desafios prevaletentes, o País tem registado melhorias no acesso a água canalizada pela população. Em 2000, o País tinha uma taxa de 18,54% da população com água canalizada passando para mais de 40% em 2020. De salientar que, apenas metade dos moçambicanos tem acesso ao abastecimento de água potável e menos de um quarto (um em cinco) usa saneamento melhorado. Contudo, persistem desigualdades importantes no acesso a

água potável e saneamento entre as pessoas que vivem nas zonas rurais e as que vivem nas zonas urbanas(UNICEF, XXXX).

33. Os dados da taxa de cobertura referente ao acesso a energia , os dados mostram uma evolução positiva de 6,6% em 1997 tendo variado para em 30% em 2019. Contudo, persistem desafios para as zonas rurais e a cobertura nacional até o ano 2030 como consta na Estratégia Nacional de Energia XXXX-XXXX. O maior ganho neste sector poderá se refletir no maior acesso a meio de informação e bens duráveis para a população com destaque para radio televisão, telefone celular e computador.

34. Em matéria de segurança e crimes, nos últimos anos o país tem estado a deteriorar nos seus indicadores. No que concerne aos crimes contra ordem e tranquilidade públicas o maior número de indiciados são menores de 18 anos (INE, XXXX). Nota-se ainda, que o nível de terrorismo, apesar de ser algo novo, tem tendências crescentes, fazendo uma análise desde 2010 (0,92 %) ate 2020 (6,4 %) houve um crescimento significativo. Facto este associado principalmente aos ataques que tem vindo a acontecer no Norte de Moçambique, concretamente na província de Cabo Delgado.

2.3 Nível de Governação

35. Moçambique alcançou ganhos significativos em estabilidade e maturidade política desde os acordos gerais de paz e as primeiras eleições gerais e mutipartidárias de 1994 (ARD, 2009). No entanto, os indicadores de governação para Moçambique mostram que o País não melhorou muito e permaneceu abaixo da média da Africa Subsaariana, como mostram os índices do Banco Mundial e do Mo Ibrahim².

² Considerou-se os indicadores de governação do Banco Mundial e do MO Ibrahim, pois, o país não dispões de indicadores que medem a percepção da governação. Estes indicadores combinam

36. Os indicadores transversais de Moçambique sobre a governação e corrupção têm deteriorado progressivamente. Segundo dados mais recentes (2017) 22, nos últimos dez anos, os Indicadores Mundiais de Governação (WGI³) deterioraram-se em todas as seis dimensões. Embora o nosso País se situe na média da África Subsariana no que respeita a um indicador (voz e responsabilização), foi superado por países vizinhos nos demais indicadores (estabilidade política, eficácia governamental, qualidade da regulação, estado de direito e controlo da corrupção).
37. Segundo o WGI, o combate à corrupção em Moçambique tem estado a declinar desde 2010. Este resultado está alinhado com a tendência identificada no Índice Ibrahim de Governação Africana que mostra uma deterioração deste indicador para Moçambique, sobretudo no que diz respeito à governação de modo geral, o estado de direito e transparência e responsabilização.
38. Estes indicadores variam de 0 a 100, 0 corresponde à classificação mais baixa e 100 corresponde à classificação mais alta. A tabela abaixo mostra no período em referência que os indicadores de governação tem piorado nos últimos anos.

pontos de vista de um grande número de empresas, cidadãos e especialistas, sobre a qualidade de governação.

³ World Governance Indicators

Tabela: 3 WBI = Indicadores de governança do Banco Mundial

Indicadores	Percepções	1996	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2019/2010	
Voz e Responsabilidade	(i) capacidade dos cidadãos em participar na seleção dos governos; (ii) a liberdade de expressão, (iii) a liberdade de associação e (iv) a imprensa	Africa Subsaariana	31	31.3	32.4	32.6	32	32	32	33	32.9	33	33	32.8	5.9%	
		Moçambique	40.5	45.3	51.9	43.6	41	43	39	39	37.9	35	34	33	31.5	-22.2%
Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo	(i) possibilidade de o governo ser destabilizado ou derrubado por meios violentos ou inconstitucionais, incluindo (ii) violência política e (iii) terrorismo	Africa Subsaariana	36	35.2	34.1	34.1	35	35	34	30	32.4	32	31	31	31.1	-13.6%
		Moçambique	46.3	40.7	50.5	58.3	58	59	38	32	27.6	13	15	19	20	-56.8%
Eficácia Governamental	(i) qualidade dos serviços públicos, (ii) o grau de independência dos serviços face a pressões políticas, (iii) a qualidade das políticas formuladas e implementadas, bem como a (iv) credibilidade dos compromissos do governo em relação essas políticas.	Africa Subsaariana	29.5	29.1	27	27.3	27	28	27	26	26.6	26	26	26.4	-10.8%	
		Moçambique	50.3	40.5	36.8	34	30	31	32	24	23.1	19	18	19	18.8	-62.7%
Qualidade de Regulação	(i) capacidade do governo para formular e implementar políticas e regulamentos que permitam e promovam o desenvolvimento do sector privado	Africa Subsaariana	28.5	30.3	28.9	30.1	30	31	31	30	29.6	28	28	28	27.7	-2.8%
		Moçambique	28.3	43.6	25	38.3	36	36	37	37	35.1	25	25	23	23.1	-18.3%
Estado de Direito	o grau de confiança e de cumprimento das regras da sociedade por parte dos agentes, em particular, a (i) qualidade da execução de contratos, (ii) os direitos de propriedade, (iii) a polícia, (iv) os tribunais assim como a (v) probabilidade de crime e violência	Africa Subsaariana	29.9	29.7	29.1	29.6	30	30	30	31	31	30	30	30	29	-3.0%
		Moçambique	23.6	27.7	32.5	39.3	33	33	23	21	20.7	14	15	15	14.9	-36.9%
Controle da Corrupção	até que ponto o exercício de poder público é utilizado para obtenção de ganhos privados, incluindo todas as formas de corrupção assim como a "captura" do estado por elites e por interesses privados	Africa Subsaariana	34.2	33.3	30.6	32.1	32	30	30	30	30.8	31	31	31	31.2	-8.9%
		Moçambique	40.9	39.1	37.1	40.5	39	35	34	29	24.5	18	19	24	23.6	-42.3%

Fonte: Banco Mundial

39. A tabela acima apresenta resultados referentes aos indicadores de avaliação da qualidade da Governança do Banco Mundial nas suas seis dimensões (voz e responsabilidade, estabilidade política, eficácia governamental, qualidade de regulação, estado de direito e controle a corrupção). No geral registou-se uma deteioração de governação de Moçambique nas suas seis dimensões, o que pode indicar uma percepção negativa por parte da população.

40. Considerando os resultados dos indicadores Mo Ibrahim (2019) nas suas quatro dimensões, pode constatar-se igualmente uma deteioração nos últimos anos do ambiente de governação. Sendo justificado pelo espaço político e cívico dos cidadãos estar a reduzir, com tendências a agravar nos

indicadores que medem a participação da sociedade civil, os direitos, liberdades e gestão transparente do erário público.

Tabela 4: Índice Ibrahim de 2020 (Dados de Governança Africana)

Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2019/ 2010
Segurança e Estado de Direito											
Africa Subsaariana	50.7	50.3	50	49.9	50.1	50.2	49.9	49.7	49.7	49.7	-2.0%
Média de Africa	50.2	49.8	49.8	49.5	49.5	49.7	49.5	49.5	49.6	49.5	-1.4%
Moçambique	50.5	51.6	51.4	50.5	49.3	48.7	48	47	48.5	47.1	-6.7%
Participação, Direitos e Inclusão											
Africa Subsaariana	48.5	48.1	48.1	48.1	47.9	48.1	47.3	47.4	47.2	46.6	-3.9%
Média de Africa	47.6	47.7	47.8	47.6	47.3	47.5	46.9	46.8	46.6	46.2	-2.9%
Moçambique	57.2	57.2	57.6	57.9	57.2	55.4	53.8	51.7	51.8	52.1	-8.9%
Alicerces para Oportunidades Económicas											
Africa Subsaariana	42.7	42.6	43.3	44	43.8	45.2	46.1	46.3	46.7	46.9	9.8%
Média de Africa	43.7	43.5	44.2	44.8	44.7	46.1	47	47.3	47.7	47.8	9.4%
Moçambique	45.7	45.5	46.1	46.6	47	50.8	51	50.6	51.6	51.1	11.8%
Desenvolvimento Humano											
Africa Subsaariana	47.3	47.7	48.2	48.8	49.3	49.7	49.9	50.2	50.8	50.6	7.0%
Média de Africa	48.9	49.2	49.7	50.2	50.7	51	51.2	51.5	52	51.9	6.1%
Moçambique	43.4	44.8	44.6	44.2	44.4	44.6	44.5	44.6	46	45.7	5.3%

Fonte: Mo Ibrahim Foundation, 2020 (Exported from the 2020 Ibrahim Index of African Governance Data Portal)

41. No entanto, especificamente, registou-se progressos ao longo da década, nas categorias de fundamentos para oportunidade económica e desenvolvimento humano, com a maioria dos ganhos observados nas áreas de infraestruturas, saúde e sustentabilidade ambiental.
42. Desde 2020, 20países, que abrigam 41,9% da população de África, fizeram progresso tanto em desenvolvimento humano quanto em fundamentos para oportunidades económicas, mas, ao mesmo tempo, também diminuíram em segurança e Estado de direito e participação, direitos e inclusão.
43. Na dimensão voz e prestação de contas, o País apresenta uma deterioração desde 2010, olhando o BM e 2015 para o Mo Ibrahim, significando que a

participação nas escolhas do governo pelos cidadãos tem estado a reduzir, assim como a liberdade de expressão entre outros.

44. Em relação a estabilidade política e ausência de violência/ terrorismo para BM a percepção é que desde 2012 e Mo Ibrahim 2011 com excepção de 2012, Moçambique apresenta cada vez mais posições baixas representando que a probabilidade de o governo vir a ser desestabilizado por métodos inconstitucionais ou violentos, inclusive o terrorismo tornam-se cada vez maiores.
45. Observando a *eficácia governamental*, Moçambique apresenta novamente deterioração neste indicador, significando que a percepção sobre a qualidade dos serviços públicos, competência na administração pública, independência das pressões políticas e a qualidade na formulação das políticas tem vindo a regredir.
46. Se tratando de qualidade regulatória/normativa para o BM a posição de Moçambique vem se deteriorando enquanto para o Mo Ibrahim tem estado na posição mediana 50. a capacidade do governo de fornecer políticas e normas sólidas que habilitem e promovam o desenvolvimento do sector privado.
47. O índice de *Estado/Regime de Direito*, representa a confiança dos agentes nas regras da sociedade e até que ponto agem de acordo com elas, abrangendo a qualidade a execução de contratos, política, entre outros.
48. E por fim, o indicador de *Controle da Corrupção*, representando o controle da corrupção, considerando o exercício do poder público em benefício privado, inclusive as pequenas e grandes formas de corrupção, além do “aprisionamento” do estado pelas elites e pelos interesses privados.

2.4 Nível Ambiental/ Transversal

2.4.1 Índice de desempenho ambiental

49. O índice de desempenho ambiental do País tem registado melhorias quando comparado com alguns países da região, superando países como a Tanzânia e estando atrás de Malawi e África do Sul.

50. Os dados sobre a qualidade do ar mostram que **o país tem vindo a perder a concentração do ozônio de 74,6% em 2006 para 40,7% em 2020, respetivamente**. Contudo, o país encontra-se melhor posicionado em relação à alguns países da região, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI)

Indicadores	Classificacao	Países	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020	
Qualidade do ar	Mede a concentracao de ozonio e particulas ao nivel do solo podendo incluir medicoes de dióxido de enxofre e dióxido de nitrogenio	Mocambique	74,6	98,3	51,53	58,6	68,3	72,0	61,4	40,7	
		Malawi	79,2	99,6	53,8		67,6	70,7	54,8	39,6	
		África do Sul	78,6	90,4	30,4	10,2	94,4	88,8	41,1	28,9	
		Tanzania	86,2	99,3	55,3	68,2	68,3	70,6	60,6	35,8	
Biodiversidade e habitat	Proporcao de cada tipo de bioma que e coberto po areas protegidas dentro de um pais ponderado de acordo com: (i) proporcao da area total do pais coberto por cada tipo de bioma (pesos nacionais); (ii) proporcao da area terrestre global coberta	Mocambique	39,7	55,4	60,1	58,5	63,2	39,7	90,5	67,4	
		Malawi	64,6	90,1	98	95,5	87,8	93,4	91,9	84,2	
		África do Sul	47,2	44,8	62,4	47,6	64	75,1	64,2	63,2	
		Tanzania	74,1	87,2	80,6		79,1	94,3	93	70,7	
Florestas	Area total de perda de arvores dividido pela cobertura florestal no ano 2000	Mocambique		94,4	92,8	62,9	4		10,6		
		Malawi			79,8	76,8	40,2	0	40,3	5,5	
		África do Sul			100	100	69,4	100	0	0	
		Tanzania			73,3	70,7	35,9	14,1	42,7	11,8	
Recursos Pesqueiros	Proporcao da captura total de stock de peixes de um pais que vem sendo superexplorados ou em colapso	Mocambique		55,4	66,2	44,1	23,7	84	50,7	16,3	
		África do Sul			85,2	80,1	23,1	2,5	57	59,2	7,8
		Tanzania			79,1	83,4	38,9	26,2	60,9	49,3	13
Clima e energia	Capacidade dos paises reduzirem emissoes de carbono por unidade de PIB e geracao em electricidade por KWh	Mocambique	84	99,8	89,9	88,8				23,1	
		Malawi	86,5	94,5	76,8					64,9	
		África do Sul	53,3	51,4	39,5	21,2	49,9	54,3		34,7	
		Tanzania	82,9	72,8	66,9	73,6				43,1	
Emissoes de Poluicao	calcula-se a taxa media annual de aumento ou reducao das emissoes tendo como base dez anos	Mocambique								48,6	54,1
		Malawi								51,5	53,1
		África do Sul								34,7	69,7
		Tanzania								58,8	40,1
Agricultura	Quantidade de nitrogenio liberado para o meio ambiente como resultado de um uso excessivo de aplicacao de fertilizantes	Mocambique	88,9	63,8	24,8	28,9	50,7	100	23,3	34,4	
		Malawi	100	73,9	56,8	0	88	100	34,3	39	
		África do Sul	48,4	74,7	64,3	44,7	79,2	93,4	47,8	54,4	
		Tanzania	72,2	65,8	59,1	66,7	65,9	100	28,8	44	
Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Metodo que quantifica e classifica numericamente o desempenho ambiental das politicas de um pais	Mocambique	45,7	53,9	51,2	47,8	30	41,8	46,4	33,9	
		Malawi	56,5	59,9	51,4		40,1	49,7	49,2	38,3	
		África do Sul	62	69	50,8	36,2	53,5	70,5	44,7	43,3	
		Tanzania	59	63,9	47,9	52,8	36,2	58,3	50,8	31,1	

Fonte: *Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2021*

51. **O país tem estado** a conquistar resultados positivos em matéria da biodiversidade por habitat, tendo **aumentado a área protegida por habitat de uma média de 40% em 2006 para mais de 67% em 2020.**
52. Em 2008 **Moçambique** registava uma perda das árvores florestal estimada em cerca de 94,4 da sua área, valor esse que tem vindo a reduzir para uma média de 10,6 em termos de área das árvores florestal, traduzindo-se em melhoria o que denota um esforço por parte das autoridades na preservação florestal.
53. **O país tem experimentado uma super-exploração dos recursos pesqueiro** o que exige das autoridades um maior controlo para evitar o colapso desses recursos segundo os dados da SEDAC.
54. Nos últimos anos **o país** tem - se preocupado em praticar uma agricultura amiga do ambiente, **reduzindo desse modo o uso abusivo de fertilizantes químicos inimigos do ambiente**, como ilustra a tabela acima.

2.4.2 Ambiente Costeiro e Marinho

55. a zona costeira define-se como sendo áreas compreendidas entre o limite interior terrestre ou continental de todos os distritos costeiros, incluindo os distritos limítrofes do Lago Niassa e albufeira de Cahora Bassa, até 12 milhas mar dentro.
56. é caracterizada por um lado, por uma importante variedade de ecossistemas marinhos e costeiros, e por outro lado por uma densidade populacional superior às restantes áreas do país. Com um total de 48 distritos (figura 1) costeiros onde vive cerca de 70% da população. Esta costa tem duas importantes particularidades, do ponto de vista da sua situação biofísico e socioeconómico: seus ecossistemas extremamente frágeis e sobreposição de interesses (zona de conflitos).

57. zona costeira existem alguns problemas ambientais graves muito localizados, porém, há grande potencial para o agravamento da qualidade ambiental da costa nas restantes áreas. Parte da população moçambicana empobrecida vive na zona costeira, estando neste momento a sobre-utilizar alguns dos seus mais frágeis ecossistemas: As dunas e os mangais são desflorestados para a lenha e construção, a maior parte dos estuários, zonas protegidas, grés costeiros e recifes de coral começam a sentir os efeitos da sobrepesca (pressão).

58. Devido à enorme pressão exercida pelo homem, os recursos marinhos e costeiros estão a ser afectados negativamente. De entre os vários efeitos, destaca-se a destruição de mangais e da floresta costeira dunar, devido a exploração insustentável de produtos florestais para a obtenção de combustível lenhoso e material de construção; a degradação dos recifes de corais, tapetes de ervas marinhas, devido à práticas pesqueiras e turísticas destrutivas; a erosão das dunas, devido ao desmatamento, queimadas e desenvolvimento costeiro inapropriado; o esgotamento dos recursos pesqueiros, devido a sobre-exploração; poluição biológica e química das águas costeiras, provocada pelos esgotos não tratados, agro-químicos, indústria, portos, petroleiros, etc. captura acidental e intencional de espécies vulneráveis ou em perigo de extinção, como tartarugas marinha, dugongos, devido à actividade pesqueira, etc.

59. Várias são as acções que estão a ser feitas no país para reduzir estes impactos e reverter a actual situação, entre outras o fortalecimento de políticas nacionais de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), o desenvolvimento da consciência e capacidades institucionais e recursos humanos para a implementação de programas e estratégias de GIZC à todos os níveis, o estabelecimento de práticas de base comunitária para a GIZC, a definição de programas de conservação para a manutenção/restauração da biodiversidade costeira, etc.

2.4.3 Gestão de Resíduos

60. Em Moçambique, os resíduos sólidos representam um problema que não só afecta os grandes centros urbanos, mas também as vilas e distritos ao longo do território nacional. A falta de recursos financeiros constitui um dos grandes desafios para os sistemas de gestão local de resíduos sólidos, tornando-se necessário encontrar formas eficientes e pouco dispendiosas para sua redução no meio ambiente.
61. Segundo dados de 2010, os locais de maior produção de resíduos são os grandes centros urbanos, Maputo, Matola, Beira, Nampula, que produzem 1.115.000, 110.000, 162.060 e 191.625 toneladas por ano, respectivamente.
62. Em termos da composição de resíduos verifica-se a presença de: 60% de materiais facilmente fermentáveis (matéria orgânica), 25% de materiais potencialmente recicláveis e 15% de outros. Estas percentagens poderão sofrer uma evolução ao longo do tempo, considerando a alteração do padrão de vida da população.

2.5 Analise FOFA

Forças	Fraquezas
	Instabilidade Macroeconómica;
Localização geo-estratégica;	A estrutura económica continua dominada pela produção primária, tornando a economia vulnerável a mudanças frequentes nas condições do mercado internacional de matérias primas
População maioritariamente jovem e em idade economicamente activa;	Baixo nível de produção e produtividade;
Programas de empoderamento da juventude	Agricultura, a espinha dorsal da economia, continua a depender das condições climáticas e tecnológicas atrasadas, a produtividade é baixa
Potencial em recursos naturais	Insuficiente rede de infra-estruturas e serviços de apoio a produção
Existência de uma rede de transporte multimodal (marítimo, rodoviário e ferroviário) interligada aos países do hinterland	O investimento público em infraestruturas é historicamente baixo e tende a diminuir nos últimos anos
Existencia de turismo potencial de lazer atractivo	Mercado de capitais incipiente e inexistência de um mecanismo de financiamento de baixo custo para os sectores chave de desenvolvimento
Cadeias da agricultura familiar	Baixo nível de Ciência e tecnologia
	Acesso limitado a investimentos em tecnologias avançadas;
	Fraca articulação e coordenação intersectorial;
	Alto nível de dependência demográfica;
	Baixo nível de qualificação e competitividade da mão-de-obra
	Acesso limitado e baixa qualidade dos serviços de educação, saúde, saneamento;
	Elevada Taxa de desemprego;
	Desigualdades sociais e regionais
	Dispersão espacial da população nas zonas rurais
Oportunidades	Ameaças
Investimento nacional e estrangeiro em sectores de mão de obra intensivos;	Garantia da estabilidade económica e da sustentabilidade da trajectória da dívida pública
Aceleração da transição demográfica e realização do dividendo demográfico	Consolidação Fiscal
Turismo e ecoturismo (praias ao longo das costas marinhas e lacustres moçambicanas; Parques e reservas naturais)	A reduzida atração de investimentos privados, necessários para reverter o actual cenário de baixos investimentos
Mineração (com destaque: o ouro, pedras preciosas e semi-preciosas, cobre, mármore, grafite, areias pesadas e carvão mineral, gás natural e água mineral)	Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento à economia
Pesca e aquicultura (potencial que representa em termos de captação de receitas e na melhoria da dieta alimentar de uma parte significativa da população)	Ampliação dos fluxos migratórios decorrentes de mudanças climáticas intensas, desastres naturais, guerra no centro e norte do país
Agronegócio e inserção em cadeias globais	O desajuste entre os avanços económicos, sociais e ambientais pode agravar ou manter o actual quadro de desigualdade social e regional, concentração da renda e degradação ambiental
Potencialidades agrícolas nomeadamente culturas de milho, mapira, mexoeira, feijões, tabaco, gergelim, girassol, amendoim, coco, castanha de caju, algodão, arroz, chá, bananas, citrinos e hortícolas; - Está em franca expansão o repovoamento pecuário;	Choques externos;
Florestas ricas em variadas espécies de madeira, a fauna bravia endémica	Distribuição desigual de riqueza;
Desenvolvimento de turismo histórico, cultural e científico;	Incertezas de controle da pandemia e o seu impacto

III. Tendências da Economia Mundial

Economicas
O crescimento econômico mundial será sustentado pelos países emergentes
O setor de serviços ampliará sua participação no PIB mundial em detrimento dos demais setores.
As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) continuarão modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, de educação, de relacionamento pessoal e de lazer.
A demanda mundial por alimentos continuará em crescimento
A demanda por energia continuará em crescimento.
As energias renováveis terão maior participação na matriz energética.
A demanda de infraestrutura e serviços básicos crescerá com a intensificação da urbanização, da concentração da população e da expansão das cidades
O acesso à internet e aos serviços de comunicação serão ampliados.
Social
O crescimento da população se dará em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional.
Existência de turismo potencial de lazer atrativo
A mortalidade infantil se manterá em redução.
A participação da população em idade ativa (PIA) será reduzida em escala global.
Os movimentos migratórios se intensificarão
A pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis será maior
Governança
A responsabilidade fiscal dos governos permanecerá como uma das principais questões de governança global.
A participação na prestação de serviços públicos por empresas privadas será crescente.
O empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada será crescente, elevando demandas de ações de prestação de contas e transparência no setor público.
As tecnologias de informação e comunicação terão usos crescentes na gestão e prestação dos serviços públicos.
Os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política.
Transversais/Ambiente
A degradação ambiental continuará sendo uma preocupação mundial
A demanda por recursos hídricos será crescente
A participação de fontes renováveis na matriz energética mundial será ampliada
A manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e o aumento do debate sobre as questões relacionadas às mudanças do clima
O aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento

IV. Proposta de Ideia Futura

4.1 Orientação Estratégica

4.1.1 Visão

63. “Moçambique um País próspero, competitivo, sustentável, seguro e de inclusão”.

Metas:

- PIB Per Capita : Entre 2022-2032 renda média baixa (1.036 e 4.085 dólares); Entre 2032 – 2042 renda média a alta (4.086 a 12.615 dólares);
- Gin: 0,40;
- População: 51,262,186 habitantes;
- Esperança vida: 70,40;
- Taxa de Alfabetização:89.8%.

4.1.2 Missão

64. Assegurar o desenvolvimento económico e social através de políticas integradas e orientadas para a geração de riqueza, por forma a garantir a melhoria das condições de vida da população e uma distribuição justa do rendimento nacional.

4.1.3 Objectivo Geral

65. Elevar o padrão de vida da população através da transformação estrutural da economia, de uma economia primária para uma economia industrializada e de serviços.

66. A ENDE deve indicar os caminhos para que Moçambique se posicione no caminho do desenvolvimento nos próximos vinte anos. Deverá ainda

identificar os sectores estratégicos e estratégias associadas que possam impulsionar o processo de transformação estrutural.

2.4 O Foco de Desenvolvimento

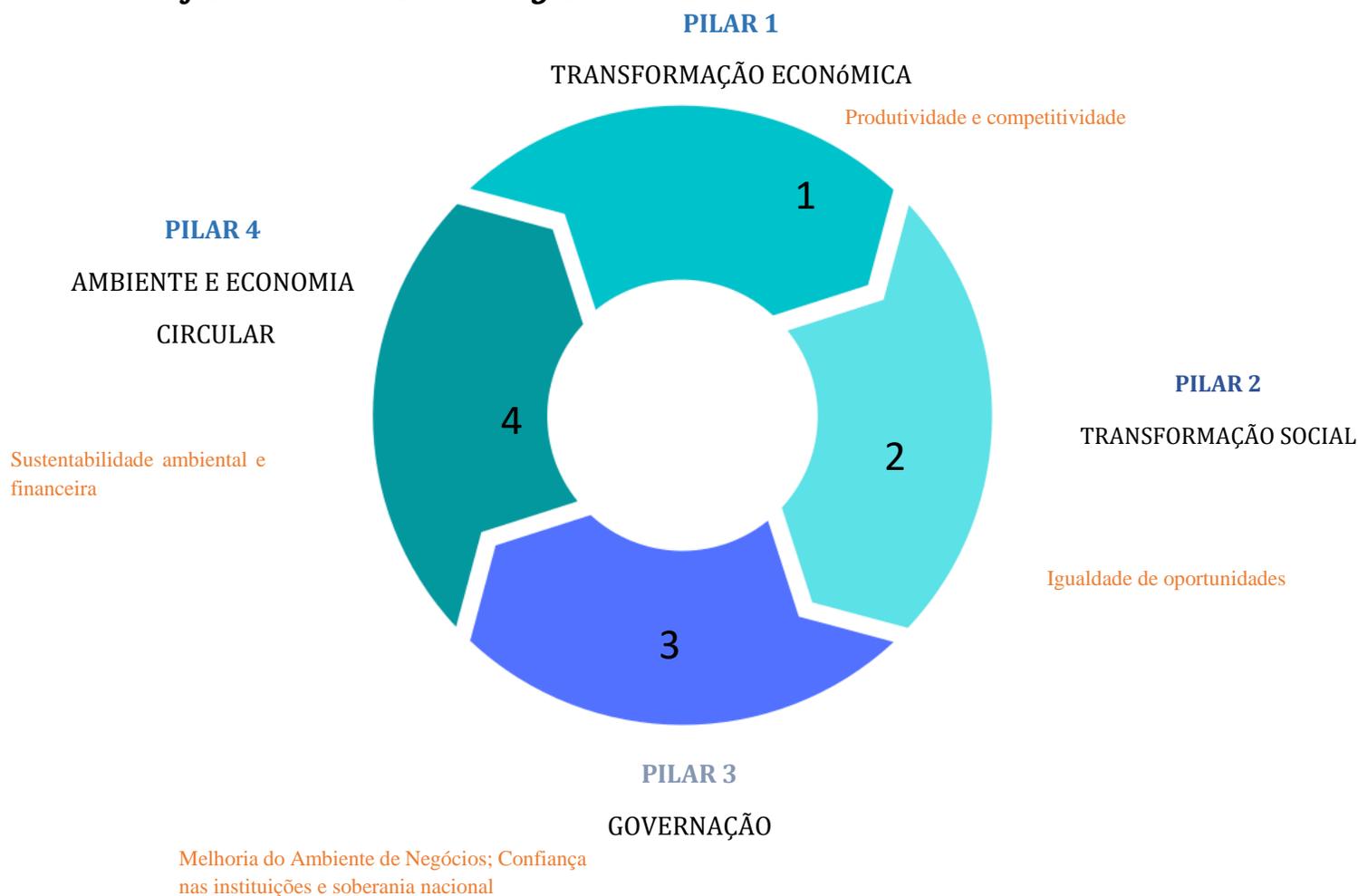
67. **Pretende-se que a ENDE adopte o modelo de crescimento inclusivo e sustentável**, através do qual se pretende **promover uma economia que seja mais competitiva e eficiente na utilização de recursos**. Ademais, que assegure um crescimento que proporcione oportunidades económicas para todos, promovendo a inclusão social e sustentabilidade para que se alcance um nível satisfatório de desenvolvimento económico e social para as gerações actuais e futuras.

68. Neste contexto, **um crescimento inclusivo poderá ser alcançado por via do processo de transformação económica**, que alargue as demais cadeias de valor, expandindo mais empregos na periferia, aumentando o rendimento per capita e reduzindo as assimetrias populacionais e geográficas de tal modo que a economia se torne cada vez mais resiliente aos choques externos.

4.1.4 Pilares

69. Para a ENDE 2022-2042 propõe-se que assente em cinco pilares de actuação que serão compostos por linhas estratégicas de abordagem.

Gráfico 1 – Pilares Estratégicos



4.1.4.1 Pilar I: Transformação Económica

70. A transformação económica refere-se ao processo de transformação das estruturas e dos processos económicos internos, passando de uma economia baseada numa agricultura de subsistência com um modelo de produção tradicional, de baixa produtividade e com uso intensivo de mão-de-obra para um sistema produtivo mais diversificado e uma economia com um modelo de produção mais moderno com maior produtividade, assente na industrialização, um sistema capaz de aproveitar das suas potencialidades internas e atrair recursos externos (recursos financeiros,

tecnológicos e humanos), que permitem modificar a composição da produção em termos qualitativos e quantitativos e que melhoram a estrutura de investimentos. Os investimentos devem incrementar as oportunidades ocupacionais, reduzir o nível de importações, aumentar o nível de exportações e melhorar a competitividade nos mercados internacionais.

71. O progresso do sector da agricultura e pesca, desenvolvimento rural, industrialização da economia, valorização do tecido das pequenas e médias empresas e reforço e dinamização dos principais serviços de apoio, serão assumidos como transformações necessárias para a diversificação da estrutura da produção nacional.

72. A efetivação destas transformações e a sua verificação no médio e longo prazos, depende de alguns fatores: i) formar competências específicas; ii) atrair novas fontes de financiamento; iii) acelerar o ritmo do progresso tecnológico; iv) potenciar infraestruturas básicas de suporte; e v) apostar na investigação científica. Estes fatores poderão permitir que o país melhore a composição da estrutura do PIB, e a sua competitividade nos mercados internacionais.

73. A experiência de outros países mostra que os governos desempenham um papel proactivo na facilitação e aceleração do processo de transformações económicas. O resultado é uma economia competitiva, que gera empregos e renda com reflexos no bem-estar social da população.

74. Neste pretende-se atingir o seguinte resultado: **Economia mais competitiva e produtiva, que gera empregos e renda com reflexos no bem-estar social da população.**

4.1.4.2 Pilar II: Transformação Social

75. Com a transformação social pretende-se melhorar a vida da população através de estratégia e acções nas áreas vitais da educação, saúde e inclusão social.

76. A educação e formação são vitais para o crescimento e desenvolvimento económico e social do país. A premissa é que todas as crianças em idade escolar possam ter acesso a escola e recebam uma educação de qualidade que lhes dote de conhecimentos e qualificações que lhes permitam contribuir de forma activa e produtiva para o desenvolvimento económico, social e político do país. O sistema de ensino deve ser orientado para responder as exigências do desenvolvimento e do mercado de trabalho.

77. A proteção e valorização da saúde **também** é essencial para se obter uma boa qualidade de vida. A pobreza, vulnerabilidade a calamidades naturais e portanto insegurança alimentar, aliada ao deficiente acesso a fontes de água potável e ao saneamento adequado, são uma das principais causas de desnutrição crônica, que compromete os investimentos no capital humano. Deste modo entende-se que a toda a população moçambicana necessita alcançar níveis mais saudáveis através da melhoria no acesso: i) Aos bons cuidados de saúde; ii) Aos alimentos nutritivos; iii) A água potável; iv) bom saneamento do meio; e v) melhores condições de habitação.

78. Adicionalmente aos factores acima mencionados, outros factores críticos que de forma geral afectam os níveis de pobreza são as desigualdades de género, os casamentos prematuros e a gravidezes precoces.

79. É necessário planear o desenvolvimento de acções que possam favorecer uma maior inclusão social que envolva diferente grupos que podem apresentar elevada vulnerabilidade. São de destacar os casos de:

- i. Crianças vulneráveis, que necessitam proteção contra a violência, negligência e abusos;
- ii. Pessoas e famílias vulneráveis, que pode ter sido gerada pelas perdas de culturas ou desastres naturais, instabilidade entre outros, que conduzem a uma continuidade na luta diária para a sobrevivência;
- iii. Crianças e adultos portadores de deficiência física e mental que por causa desta vulnerabilidade não encontram formas de integração nas famílias e na sociedade.
- iv. Mulheres, através da promoção e implementação da igualdade de género e a proteção da dignidade e dos direitos humanos;
- v. Veteranos de Luta de libertação Nacional, e a necessidade de continuar a reconhecer e valorizar o contributo de todos aqueles que lutaram pela independência nacional;
- vi. Juventude e Emprego, e criar oportunidades para que os jovens adquiram experiência, qualificações e valores que permitam participar plenamente no futuro da nação; e
- vii. Promover o desporto como parte da vida dos jovens, envolvendo-os em relacionamentos sociais, diálogo, tolerância, ética e valores democráticos. Assim como usar as actividades de educação e formação.

80. Neste pilar pretende-se atingir o seguinte resultado: **Assegurado o bem-estar social e económico da população.**

4.1.4.3 Pilar III: Governação

81. Governação refere-se a mecanismos, processos e instituições, através dos quais os cidadãos e grupos sociais articulam interesses, exercem os seus direitos, cumprem as suas obrigações e medeiam as suas diferenças.

82. A boa governação visa garantir a transparência e participação de todos, providenciar a eficácia e eficiência na prestação de serviços ao público, promover o bem-estar e criar um clima favorável ao crescimento.

83. A abordagem é assegurar uma administração pública eficiente, transparente e dinâmica como esforços que garantam a segurança aos cidadãos e aos seus bens, promover políticas públicas e de provisão de serviços sociais às populações, o aprimoramento do sistema da administração da justiça e promoção do acesso à comunicação e informação para todos os cidadãos.

84. O Estado moçambicano possui um papel activo na promoção do crescimento económico do país, seja por meio de investimentos directos, empresas públicas e/ou participadas, ou por meio de disponibilização de crédito direccionado ao sector privado. Dada a situação actual das finanças pública (pressão das contas públicas, níveis elevados da dívida...) esse modelo encontra-se limitado, o que torna essencial estimular a participação do sector privado na viabilização dos investimentos necessários ao aumento da produtividade e ao crescimento do produto interno bruto nacional.

85. Ao assumir um papel de coordenador de acções para o desenvolvimento sustentável, o Estado deve ser capaz de:

- Oferecer um ambiente de negócios propício ao empreendedorismo, à inovação e à assunção de riscos de negócio pelos agentes económicos. Dessa forma, o Estado deve adoptar acções para aumentar a confiança nas instituições, no sentido de simplificação regulatória e do sistema tributário, acesso a crédito, protegendo o consumidor financeiro, aumentar a facilidade de se fazer negócios no país, reduzir riscos sistémicos, ampliar a transparência nas relações público-privadas e fiscalizar de forma eficiente a prestação de serviços públicos; e

- Providenciar melhorias crescentes na prestação de serviços públicos, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efectivos e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo os custos, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e capacitação da administração pública, reforçando o papel do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

86. Espera-se que a melhoria da governação, com base numa actuação mais eficiente, eficaz e efectiva, aumente o bem-estar da população, melhore o ambiente de negócios e reduza os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais.

87. Neste pilar pretende-se atingir o seguinte resultado: **Uma governação com uma atuação mais eficiente e eficaz, que contribui diretamente e visivelmente para a melhoria do bem-estar da população, melhore o ambiente de negócios e reduza as assimetrias regionais e sociais.**

4.1.4.4 Pilar IV: Ambiente e Economia Circular

88. Este pilar visa focalizar as questões do Ambiente e introdução do modelo da economia circular.

89. Em termos ambientais tratará da preservação e conservação do meio ambiente, com acções que vão da reversão do desmatamento, protecção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

90. Em termos de economia circular trata-se de introduzir acções em que as actividades humanas contribuam para a regeneração e reconstrução dos ecossistemas e do património natural. A economia circular **apoia o meio**

ambiente e ajuda a combater as mudanças climáticas. É uma inovação que visa (i) manter e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, (ii) criar novos negócios e gerar novos empregos, e ser (iii) sustentável com os recursos naturais, em favor das gerações presentes e futuras. De referir que as oportunidades de emprego oferecidas pela economia circular podem ser encontradas em várias áreas, tais como a reciclagem e nas práticas de reparação e logística, ao mesmo tempo que minimiza o impacto negativo no ambiente (aterros ou incineração de resíduos).

91. Espera-se que as práticas inovadoras na transição de padrões de produção e consumo mais sustentáveis, minimizem o uso dos recursos naturais, reduzam os efeitos negativos das alterações climáticas e promovam a neutralidade carbónica.

92. Neste pretende-se atingir o seguinte resultado: **Reduzida as emissões de carbono e os efeitos negativos das alterações climáticas, aumento da qualidade de vida, da coesão social e do progresso económico.**

V. Proposta de Desafios para os Próximos 20 anos

93. O país apresenta um potencial significativo para o seu desenvolvimento, com destaque para o turismo, agricultura, e o uso e exploração sustentável dos recursos naturais (em especial a indústria extrativa de gás natural liquefeito). No entanto persistem desafios, no que tange a:

- (i) restauração da estabilidade macroeconómica;
- (ii) rápido crescimento da população e a provisão de bens e serviços básicos;
- (iii) aumento da produtividade e a diversificação da economia para que se afaste dos projectos de capital intensivo e agricultura de subsistência

- de baixa produtividade, e se transforme numa economia diversificada e competitiva;
- (iv) melhoria do ambiente de negócios e da competitividade do sector empresarial;
 - (v) resiliência aos efeitos das mudanças climáticas;
 - (vi) desenvolvimento das capacidade técnicas e profissionais dos moçambicanos, por forma a tornar o país mais competitivo; e
 - (vii) fortalecimento dos impulsionadores da inclusão social e do desenvolvimento sustentável com destaque para educação de qualidade e elevação dos padrões dos serviços de saúde;

94. A estes novos desafios, junta-se a necessidade de continuar a envidar esforços para o combate de problemas estruturais antigos e ainda não resolvidos. São os casos de infraestruturas económicas e sociais, desigualdades e desenvolvimento equilibrado do território entre outros.

95. A recente problemática da pandemia COVID 19 teve um grande impacto social e económico, e veio revelar ou acentuar as fragilidades e desafios à escala nacional que urge dar resposta.

96. As superações destes desafios do país necessitam de estratégias e acções de médio e longo prazo, que requerem uma articulação e cooperação de diferentes actores de desenvolvimento em prol de objetivo comum. Com base numa Estratégia Nacional de Desenvolvimento, poderá se estabelecer diretrizes para o alcance do objetivo comum.

97. A perspectiva de médio a longo prazo de Moçambique dependerá substancialmente da sua capacidade de explorar um grande potencial de crescimento não realizado e de remover os pontos de estrangulamento estrutural. Esses pontos de estrangulamento incluem: a necessidade de (i) **acelerar e fortalecer a qualidade da formação de capital humano**, (ii) **reduzir a carga tributária**, (iii) **aumentar a eficácia do gasto público**, (iv)

e elevar o investimento público e privado para enfrentar os crescentes gargalos na infraestrutura, (v) **desenvolvendo um mercado de capital privado de longo prazo e um mercado de trabalho mais flexível** e (vi) **um ambiente de negócios mais ágil** que promova a concorrência interna e a competitividade externa. Fazendo face a esses pontos de estrangulamento criaria a base para o aumento da produtividade.